

## LEI nº 8.389 de 30 DE DEZEMBRO DE 1991

*Institui o Conselho de Comunicação Social na forma do art. 224 da Constituição Federal e dá outras providências.*

O Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art 1º É instituído o Conselho de Comunicação Social, como órgão auxiliar do Congresso Nacional, na forma do art. 224 da Constituição Federal.

Art. 2º O Conselho de Comunicação Social terá como atribuição a realização de estudos, pareceres, recomendações e outras solicitações que lhe forem encaminhadas pelo Congresso Nacional a respeito do Título VIII, Capítulo V, da Constituição Federal, em especial sobre:

- a) liberdade de manifestação do pensamento, da criação, da expressão e da informação;
- b) propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias nos meios de comunicação social;
- c) diversões e espetáculos públicos;
- d) produção e programação das emissoras de rádio e televisão;
- e) monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação social;
- f) finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas da programação das emissoras de rádio e televisão;
- g) promoção da cultura nacional e regional, e estímulo à produção independente e à regionalização da produção cultural, artística e jornalística;
- h) complementariedade dos sistemas privado, público e estatal de radiodifusão;
- i) defesa da pessoa e da família de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto na Constituição Federal;
- j) propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens;
- l) outorga e renovação de concessão, permissão e autorização de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;
- m) legislação complementar quanto aos dispositivos constitucionais que se referem à comunicação social.

Art 3º Compete ao Conselho de Comunicação Social elaborar seu regimento interno que, para entrar em vigor, deverá ser aprovado pela Mesa do Senado Federal.

Art 4º O Conselho de Comunicação Social compõe-se de:

- I - um representante das empresas de rádio;
- II - um representante das empresas de televisão;
- III - um representante das empresas de imprensa escrita;
- IV - um engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social;
- V - um representante da categoria profissional dos jornalistas;
- VI - um representante da categoria profissional dos radialistas;
- VII - um representante da categoria profissional dos artistas;
- VIII - um representante das categorias profissionais de cinema e vídeo;
- IX - cinco membros representantes das sociedades civis.

§ 1º Cada membro do Conselho terá um suplente exclusivo.  
 § 2º Os membros do Conselho e seus respectivos suplentes serão eleitos em sessão conjunta do Congresso Nacional, podendo as entidades representativas dos setores mencionados nos incisos I a IX deste artigo sugerir nomes à Mesa do Congresso Nacional.

§ 3º Os membros do Conselho deverão ser brasileiros, maiores de idade e de reputação ilibada.

§ 4º A duração do mandato dos membros do Conselho será

de dois anos, permitida uma recondução.

§ 5º Os membros do Conselho terão estabilidade no emprego durante o período de seus mandatos.

Art. 5º O Presidente e o Vice-Presidente serão eleitos pelo Conselho dentre os cinco membros a que se refere o inciso IX do artigo anterior.

Parágrafo Único. O Presidente será substituído, em seus impedimentos, pelo Vice-Presidente.

Art. 6º O Conselho, presente a maioria absoluta dos seus membros, reunir-se-á, ordinariamente, na periodicidade prevista em seu Regimento Interno, na sede do Congresso Nacional.

Parágrafo Único. A convocação extraordinária do Conselho far-se-á:

- I - pelo Presidente do Senado Federal; ou
- II - pelo seu Presidente, ex officio, ou requerimento de cinco dos seus membros.

Art. 7º As despesas com a instalação e funcionamento do Conselho de Comunicação Social correrão à conta do Orçamento do Senado Federal.

Art. 8º O Conselho de Comunicação Social será eleito em até sessenta dias após a publicação da presente Lei e instalado em até trinta dias após a sua eleição.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 30 de dezembro de 1991, 170º da Independência e 103º da República.

FERNANDO COLLOR  
 Jarbas Passarinho

(D.O.U. 31/12/91)

## COMPOSIÇÃO DO CONSELHO RESULTANTE DO ACORDO

### BLOCO EMPRESARIADO

**Empresários de Rádio:** Jairo Valadares e Oscar Piconez (Abert);  
**Empresários de TV:** Luiz Eduardo Borghert e Flávio Cavalcanti Jr. (Abert);  
**Empresários de Imprensa Escrita:** Fernando Ernesto Correa e Luis Edgar Tostes (Anj e Aner);  
**Engenheiros de Telecomunicações:** Victor Purri Netto e Djalma Ferreira (Abert e Anj).

### BLOCO PROFISSIONAIS

**Jornalistas:** Daniel Koslowsky Herz e Frederico Barbosa Ghedini (FENAJ e sindicatos de jornalistas);  
**Radialistas:** Francisco Pereira da Silva e Orlando José Ferreira Guilhon (FITERT e sindicatos de radialistas);  
**Artistas:** Bebe Mendes e Cássio Batista Pinheiro de Barcelos (ANEATE e sindicatos de artistas e técnicos, suplente indicada pelo sindicato dos artistas e técnicos de SP e RJ);  
**Cinema e Vídeo:** Antônio Ferreira de Souza e Jorge Monclar (sindicatos de trabalhadores na indústria cinematográfica);

### BLOCO SOCIEDADE CIVIL

**Ordem dos Advogados do Brasil:** Marcello Lavenère e José Paulo Cavalcanti  
**Conferência Nacional dos Bispos do Brasil:** Dom Ivo Lorscheiter e Dom José Maria Pires;  
**Associação Brasileira de Imprensa:** Nilson Lage e Mário Martins;  
**Empresários de Publicidade:** Petrônio Corrêa e João Carlos Müller;  
**Juristas:** Saulo Ramos e Flávio Bierrembach.